

DOI: 10.5433/2317-627X.2018v6n1p147

O desenvolvimento na América Latina: teorias cepalinas, teoria da dependência e perspectivas atuais

The development in Latin America: ECLAD theories, dependence theory and current perspectives

Edna Marta Pelosi¹
Luís Miguel Luzio dos Santos²

RESUMO

Este ensaio teórico tem por objetivo discutir o tema do desenvolvimento na América Latina a partir das teorias cepalinas e da teoria da dependência de Celso Furtado. A partir desta perspectiva, discute-se as consequências das políticas neoliberais para o processo de desenvolvimento nesses países, ressaltando a ampliação da relação de colonização e dependência da América Latina em relação aos países do centro capitalista. Conclui-se trazendo alguns apontamentos sobre perspectivas atuais, as quais apontam para uma mudança na relação Estado-mercado, com ampliação do papel do Estado para vencer as fragilidades históricas desses países subdesenvolvidos e a perspectiva do desenvolvimento regional endógeno.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Teorias Cepalinas, Teoria da Dependência, perspectivas atuais.

Abstract

This theoretical essay aims to discuss the theme of development in Latin America based on ECLAC theories and the dependence theory of Celso Furtado. Based on this perspective we discuss the consequences of neoliberal policies for the development process in these countries, emphasizing the expansion of the relation of colonization and dependence of Latin America in relation to the countries of the capitalist center. We conclude with some notes on current perspectives for development, which point to a change in the relationship between state and market, with an expansion of the role of the State to overcome the historical fragilities of these countries and a perspective of endogenous regional development.

Key-words: Development, ECLAC theories, Dependence theory, Current perspectives.

JEL: F60, O54, R11.

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Londrina; Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. e-mail: ednapelosi@gmail.com.

² Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Londrina - UEL; Graduado em Economia e Administração, ambos pela Universidade Estadual de Londrina-UEL. Departamento de Administração da Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail : lmig@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O século XX foi protagonista de um desenvolvimento científico, tecnológico e industrial sem precedentes na história da humanidade e culminou com um avanço de igual forma, sem precedentes, nos padrões de consumo e qualidade de vida de grande parte da população, pelo menos nos países do centro capitalista. Em contrapartida, os países do Terceiro-Mundo, em pleno século XXI, em sua grande maioria, não atingiram níveis adequados de desenvolvimento em termos de saúde, educação, habitação e renda, ou seja, não atingiram níveis adequados de qualidade de vida para uma ampla maioria da população. Todas as benesses do desenvolvimento industrial e tecnológico têm sido distribuídas de forma muito desigual e profundamente concentradas entre as nações e dentro das próprias nações, principalmente nas subdesenvolvidas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002).

Dessa forma, o discurso do desenvolvimento tem permeado o debate acadêmico há décadas e tem sido tema de preocupações e debates globais, em grande parte, motivados não pela busca da compreensão do desenvolvimento em si, mas pelo seu contrário; o subdesenvolvimento (CANDIDO, 1999). Para o referido autor, o interesse em explicar o desenvolvimento das nações deu origem às teorias do crescimento econômico, restritas ao domínio da Economia. De outra forma, os esforços para explicar o subdesenvolvimento deram origem às teorias do desenvolvimento, que adentram nos domínios da Sociologia, o que indica que a compreensão do processo de desenvolvimento de uma determinada região ou nação, envolve também a compreensão de outras dimensões além da econômica, como a social, a política e a cultural, por exemplo.

Ainda para Cândido (1999), o conceito de subdesenvolvimento é forjado no contexto político-econômico do pós-guerra, como o contrário do desenvolvimento e como expressão da enorme distância entre nações ricas e pobres percebidas nessa nova ordem mundial. Desde então, o subdesenvolvimento vem sendo abordado ora como um fato superável, isto é, como componente da história de todas as nações desenvolvidas, portanto, transitório, ora como um componente imutável do capitalismo, dado seu atual estágio de reprodução, portanto, como fator estrutural.

No entanto, como afirma Oliveira (2002), a controvérsia entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento ainda é persistente. Citando Scatolin (1989, p.06), o autor pontua que conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Dessa forma, cada um desses conceitos traz em si um ponto de vista específico dos fenômenos, constituindo-se, pois, verdadeiros diagnósticos da realidade, já que cada um ao seu modo, prejulga, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento.

No domínio da Economia, Souza (2005) afirma que há duas correntes distintas de pensamento: a primeira, de inspiração mais neoclássica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento; a segunda, mais empírica e de inspiração keynesiana, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não suficiente. Na primeira corrente, a ideia é de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o

desenvolvimento econômico. Já a segunda corrente encara o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas.

De acordo com essa segunda corrente, “o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população” (SOUZA, 2005, p.6). Dessa forma, o desenvolvimento econômico implica a necessidade de mudança nas estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria da produtividade e da renda média da população e, principalmente, a necessidade de assegurar melhores níveis na qualidade de vida da população.

Nesse sentido, não obstante a onda neoliberal prevalecente nas últimas décadas, com redução da intervenção dos governos nacionais na economia, transferindo para o mercado o domínio quase absoluto dessas prerrogativas, conceitos menos restritos ao campo econômico começam a fazer parte do arcabouço analítico dos órgãos financiadores internacionais. Indicadores sociais, tais como expectativa de vida e nível de escolaridade, passaram a ser utilizados, juntamente com os tradicionais índices econômicos, para classificar os países em relação a seu nível de desenvolvimento (CANDIDO, 1999)

Por outro lado, correntes mais críticas contestam o próprio termo “desenvolvimento”, atribuindo seu conceito a uma nova forma de imperialismo, que subjuga os países pobres à condição de mantenedores dos padrões de desenvolvimento e consumo das elites do centro do capitalismo (BANERJEE, 2003). Nesta direção, estão algumas correntes ambientalistas como o Ecologismo dos Pobres (MARTÍNEZ-ALIER, 2007) e o Ecofeminismo (MIES; SHIVA, 1997). Essas contracorrentes postulam que o conceito contemporâneo de desenvolvimento utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir dos anos 1950, cria, pela primeira vez, a noção de pobreza com base em indicadores unicamente capitalistas, como renda *per capita* em dólares, posses materiais, extração de recursos naturais, ciência e tecnologia, e economias de mercado (BANERJEE, 2003). Nesse sentido, esses teóricos alegam que o conceito de subdesenvolvimento fica restrito a uma percepção ocidental imposta ao resto do mundo, e o regime de desenvolvimento daí resultante passa a depender exclusivamente do conhecimento ocidental moderno, rejeitando e marginalizando formas não ocidentais de conhecimento, subsumindo culturas e formas de vida social.

Assim, é dentro desse campo controverso de debate que este texto propõe a compreensão do assunto a partir das Teorias Cepalinas e do pensamento de Celso Furtado sobre o desenvolvimento na América Latina, bem como as propostas atuais de desenvolvimento que podem emergir dessas ideias. Para tanto, além desta parte introdutória, o artigo está organizado em mais três seções seguidas das considerações finais. Na primeira e segunda seção faz-se um breve apanhado das teorias cepalinas em sua primeira fase e da teoria da dependência de Celso Furtado. Na terceira seção discute-se a ofensiva neoliberal e suas consequências para a economia latino-americana. Por fim, nas considerações finais, faz-se alguns apontamentos de perspectivas atuais para o desenvolvimento latino-americano.

AS TEORIAS CEPALINAS E O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) foi criada no contexto cronológico do pós-guerra e no contexto ideológico das políticas keynesianas, que se

tornaram preponderantes nos países do centro capitalista como mecanismo de recuperação das economias devastadas pela Grande Depressão dos anos de 1930. Para as Nações Unidas, ao lado da recuperação dos países devastados pela II Guerra, havia a necessidade de definir uma política frente ao subdesenvolvimento dos países periféricos (MORAES, 1995). A ameaça comunista e a garantia da hegemonia capitalista se faziam urgentes e necessárias, o que demandava novas abordagens socioeconômicas (HOBSBAWM, 1995).

Assim, criada em 1949 como organismo das Nações Unidas, a Cepal foi cenário de um intenso debate sobre o desenvolvimento econômico na América Latina que, como mencionado no parágrafo anterior, seguiu-se no lastro das políticas keynesianas, centradas numa forte presença do Estado na economia a fim de dinamizar o investimento, a atividade produtiva e assegurar o pleno emprego (SCHWARTZ, 1984). Desse modo, como afirma Cândido (1999), desde os primeiros documentos, pregava-se a industrialização do continente e a reestruturação do comércio mundial. O ponto de partida das teses cepalinas é uma interpretação completamente nova da teoria ricardiana das “vantagens comparativas”, segundo a qual a expansão do comércio internacional conduz a uma especialização da produção que, por sua vez, constitui ganhos para todos os que participam do processo de troca.

Nesse sentido, Moraes (1995, p.35) aponta para um relatório do Secretariado da ONU de 1949, que já afirmava a deterioração dos termos de intercâmbio entre países periféricos e industrializados. O relatório evidenciava a tendência secular à estagnação econômica nos países exportadores de produtos primários, devido ao contínuo aumento da quantidade de artigos primários que um país deve fornecer a fim de assegurar a aquisição de uma determinada quantidade de bens para o seu desenvolvimento econômico. Assim, a teoria cepalina iria se opor à doutrina clássica das vantagens comparativas, que entendia como automática a transferência de ganhos de produtividade dos países centrais para os países produtores de matérias-primas, através dos mecanismos de livre comércio, algo que nunca ocorreu de fato.

O economista Raúl Prebisch publica, em 1949, seu conhecido estudo – “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, defendendo a tese de que existe uma defasagem significativa entre as remunerações dos fatores de produção nos países centrais e periféricos, o que alimenta as assimetrias. Segundo a tese clássica do livre comércio internacional, o progresso técnico dos centros se distribuiria para a periferia pela baixa nos preços dos produtos manufaturados (em razão do aumento de sua produtividade). Dessa maneira, os produtos primários da periferia, de menor produtividade, teriam um maior poder de compra, conforme evoluísse a técnica nos centros, não cabendo a industrialização da periferia do sistema (COUTO; 2007, p.50). Prebisch, por sua vez, desmente este pressuposto, afirmando que desde o final do século XIX, os preços dos produtos primários vinham se deteriorando em relação aos preços dos produtos manufaturados dos centros. Ou seja, por não terem sido repassados os aumentos de produtividade na baixa dos preços, o progresso técnico tem-se concentrado nos centros (MORAES, 1995; COUTO, 2007).

Essa deterioração foi explicada por Prebisch pelo movimento cíclico da economia (COUTO, 2007). Na fase descendente do ciclo, a queda nos preços dos produtos primários era maior do que a sua elevação na fase ascendente. Enquanto isso, os preços dos produtos manufaturados produzidos nos centros resistiam à queda. A rigidez dos preços dos produtos manufaturados e a flexibilidade dos primários tinham como razão o maior poder sindical dos trabalhadores dos centros, que elevavam os salários na fase ascendente e mantinha-os na fase descendente.

Assim, a deterioração dos termos de intercâmbio e o próprio processo de industrialização (que necessitava de importações), levavam os países periféricos a desequilíbrios em seus balanços de pagamentos. Contudo, como afirma Couto (2007, p. 51), Prebisch atribuía a grande culpa do desequilíbrio ao baixo coeficiente de importações dos Estados Unidos.

Num outro momento, entretanto, essa teoria dos desequilíbrios, aparece, segundo Moraes (1995, p.42), ligeiramente modificada num texto da Cepal intitulado “Problemas teóricos e práticos do desenvolvimento econômico”, datado de 1951, no qual acrescenta-se a questão da elasticidade-renda, segundo a qual, os produtos da periferia teriam baixa elasticidade-renda, isto é: seria cada vez menor o peso dos produtos primários na renda real da população dos grandes centros, enquanto os produtos manufaturados teriam alta elasticidade-renda. Daí que as importações dos produtos primários pelos centros industriais cresceriam com menor intensidade do que a renda real.

Assim, através dos estudos de Raúl Prebisch, a Cepal contesta a alegada propensão clássica, defendendo que determinadas situações históricas e institucionais emperrariam qualquer automatismo nivelador de ganhos e vantagens, dentre os quais cita-se a capacidade política e sindical dos países centrais para reter os ganhos do progresso técnico em contrapartida aos países periféricos, sem consolidada concorrência empresarial e base sindical para tal. A propensão ao consumo elevado e imitativo das elites periféricas, também é citada por Furtado (1974) como prejudicial, por inibir a capitalização e desestimular a produtividade, que é fonte geradora de riqueza.

Dados estes fatores estruturais/institucionais, Prebisch advoga a necessidade de industrialização induzida pelo Estado para reter os frutos do progresso técnico e, da mesma forma, uma política que corrija a especialização supostamente natural, recomendando, para tanto, o protecionismo e a intervenção pública (MORAES, 1995, p.38). A independência desses fatores cíclicos, que na visão do economista, deveriam sempre ser considerados em termos mundiais, significaria a industrialização deliberada, de forma que as economias da periferia pudessem evoluir sem depender do impulso proveniente do exterior (COUTO, 2007).

Assim, para os cepalinos, a economia mundial passa a ser entendida como uma estrutura centro-periferia, que se autorreproduz, eternizando ritmos diferentes na absorção dos frutos do progresso técnico. É nesse sentido que a ideia de subdesenvolvimento como um estado de atraso numa sequência linear de transformações produtivas, passa a ser relativizado. Admite-se uma questão estrutural nas relações comerciais internacionais. O subdesenvolvimento é visto então como um fenômeno da história moderna, coetâneo do desenvolvimento, como um dos aspectos da propagação da revolução industrial (MORAES, 1995). Em momento posterior, numa transição das primeiras ideias da Cepal para a teoria da dependência, Celso Furtado afirma:

Captar a natureza do desenvolvimento não é tarefa fácil: muitas são as suas dimensões e as que são facilmente visíveis nem sempre são as mais significantes. Mas se algo sabemos com segurança é que subdesenvolvimento nada tem a ver com a idade de uma sociedade ou país. E também sabemos que o parâmetro para medi-lo é o grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso à panóplia de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno. [...] parece evidente que o subdesenvolvimento está

ligado a uma maior heterogeneidade tecnológica, a qual reflete a natureza das relações externas desse tipo de economia (FURTADO, 1974, p. 22).

Numa interpretação ao pensamento de Furtado, Carneiro (2006, p.75) afirma que comparado ao desenvolvimento, o subdesenvolvimento possuiria duas especificidades: a primeira delas seria a ausência de autonomia tecnológica ou a incapacidade de gerar periodicamente surto de inovações; a segunda, uma maior heterogeneidade social, expressa numa pior distribuição de renda. Sobre a primeira especificidade, o autor afirma que nos países desenvolvidos, a dinâmica do crescimento é comandada pelo progresso técnico, enquanto nos subdesenvolvidos é comandada pela demanda externa e pela demanda insatisfeita pelas importações. Já no que compete à questão da heterogeneidade social, a extrema concentração de renda dos países subdesenvolvidos promove padrões heterogêneos de consumo, constituindo um limite adicional à aproximação da mesma dinâmica dos países desenvolvidos.

Nesse sentido, o caminho para o desenvolvimento proposto pela Cepal em sua primeira fase é a industrialização, a modernização da agricultura e o aumento dos salários. Para tanto, coloca-se a necessidade de recorrer ao capital estrangeiro, adotar uma política fiscal justa, modificar a estrutura agrária por meio de uma reforma, e como presença ativa e motor privilegiado, coloca-se a ação reguladora do Estado (CÂNDIDO, 1999).

No que pese a essa “ação reguladora do Estado”, entretanto, cabe algumas observações, pontuadas por Moraes (1995), que nos ajudam a elucidar os desafios das propostas cepalinas. Como já mencionado, os cepalinos vinculam a lógica econômica, social e política prevalente nos países centrais e no sistema mundial em seu conjunto aos níveis de vida escorados pela sucção de excedente imposta aos países periféricos. Assim, propunham uma reforma em que Estado e organismos de cooperação internacional atuassem no sentido de construção de um Estado Mundial de Bem-estar Social. Ou seja, ao capitalismo predatório e instável, a lógica da revisão cepalina, inspirada na convicção keynesiana de que o intervencionismo imprime racionalidade sistemática ao mundo macro, opõe um novo pacto internacional, fundador do Estado Mundial de Bem-Estar (MORAES, 1995).

Assim, ao projeto reformista cepalino impunha-se a tarefa de persuasão, tanto em âmbito internacional quanto nacional. Em âmbito do comércio exterior, Moraes (1995) deixa claro o caráter inconciliável da proposta, já que tal provocaria uma modificação no concerto das nações, que alterariam mecanismos seculares de sucção de excedentes, que instabilizariam o centro e exigiriam transformações dolorosas e indesejadas, portanto, de difícil conciliação. Já no âmbito das periferias nacionais, o que se impõe é a persuasão de trabalhadores e da classe empresária para compactuarem com um projeto nacional para o desenvolvimento, com destaque especial à classe empresarial, acostumada a lucros altos e cujos hábitos de consumo elevado e imitativo dos grandes centros, inibem a capitalização e o investimento. Como sugere Moraes (1995) as teorias desenvolvimentistas apelavam para uma espécie de infantilização da sociedade, que devia ser educada pelo Estado, através de uma comunidade de intelectuais planejadores.

A teoria política do desenvolvimento revela-se, então e cada vez mais, uma pedagogia: os tutores e preceptores do “país” devem exercitá-lo na prática dos bons hábitos. A missão impõe-se ainda que se volte contra os desejos aparentes e imediatos dos homens

que o habitam. Afinal, estes últimos podem estar viciados pelo passado, entorpecidos pelos costumes e pela inércia (MORAES, 1995, p.88).

Deste modo, é possível afirmar que, além do caráter desigual das relações de troca entre os países do centro e da periferia, o que de mais importante os estudiosos da Cepal vêm pôr em evidência são os problemas estruturais nacionais que obstaculizam o desenvolvimento nesses países. A concentração fundiária, o desinteresse no investimento interno e a falta de comprometimento com um projeto nacional de desenvolvimento são exemplos estruturais ainda bastante presentes na realidade dos países da América Latina.

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA - UMA COMPREENSÃO MAIS GLOBAL DO PROBLEMA DO SUBDESENVOLVIMENTO

Os postulados das teorias nascidas no espaço de influência intelectual da Cepal serão alterados pela presença massiva das multinacionais na periferia do sistema capitalista a partir de meados da década de 1950. Esse novo cenário modifica os padrões de relação entre países, já que traz em seu bojo a internacionalização da produção, no que antes era apenas uma internacionalização dos mercados.

Como explica Cândido (1999), o desvio das ideias cepalinas passa a se dar principalmente na direção de uma compreensão mais política do fenômeno econômico. Se antes o foco estava nas relações entre nações, escudado numa crítica exclusivamente econômica da existência de uma desigualdade das trocas comerciais, a teoria da dependência, mantendo a crítica da desigualdade das trocas, acrescenta uma outra: esta política, às relações entre o imperialismo e as classes dominantes locais.

A teoria da dependência vem pôr em evidência que, mais do que trocas comerciais desiguais, as relações internacionais entre centro e periferia se desenvolvem através de uma colonização cultural. Essa colonização tem início com a importação de bens de consumo do centro capitalista pelas classes dirigentes e continuidade com a industrialização pautada nas inovações dos países centrais, como, por exemplo, o projeto de substituição de importações em âmbito nacional, cujo objetivo era suprir a necessidade de bens de consumo importados.

Assim, partindo da crítica à teoria clássica das vantagens comparativas e de todos os seus desencadeamentos para o desenvolvimento do centro e o subdesenvolvimento das periferias, Furtado (1974) explica que nos casos em que o excedente da produtividade do trabalho foi parcialmente (dadas as desvantagens dos termos de troca) apropriado pelos países periféricos, seu principal destino consistiu em financiar uma rápida diversificação dos hábitos de consumo das classes dirigentes mediante a importação de novos artigos. Esse uso particular e concentrado do excedente deu origem às formações sociais atualmente identificadas como economias subdesenvolvidas.

Nesse entendimento, a colonização cultural nos países periféricos transita originalmente na ação convergente das classes dirigentes locais, interessadas em manter uma elevada taxa de exploração, com os grupos que, a partir do centro do sistema, controlam a economia internacional, e cujo principal interesse é criar e ampliar mercados para o fluxo de novos produtos engendrados pela revolução

industrial. “Uma vez estabelecida esta conexão, estava aberto o caminho para a introdução de todas as formas de ‘intercâmbio desigual’, que historicamente caracterizam as relações entre centro e periferia do sistema capitalista” (FURTADO, 1974, p.85).

Assim, se manifestando inicialmente sob a forma de imposição externa de padrões de consumo, que só podem ser mantidos mediante geração de excedente criado no comércio exterior, a relação de dependência fica cada vez mais difícil de ser revertida, posto a rápida diversificação de bens de consumo promovida pelos centros capitalistas e demandada pelas elites periféricas.

A industrialização, por seu lado, nas condições de dependência, precisa estar constantemente tendo acesso ao fluxo de inovação que está brotando nas economias do centro. Como o consumo da minoria modernizada é altamente diversificado, essas indústrias tendem a enfrentar problemas de deseconomias de escala que, se ao nível da empresa podem encontrar solução na proteção e nos subsídios, ao nível social se traduzem em elevados custos. Essa situação favorece a penetração das grandes empresas com sede nos países centrais, que passam a substituir, no cenário nacional, àquelas empresas que deram início ao processo de industrialização.

Dessa forma, à medida que se avança no processo de industrialização na periferia, mais estreito tende a ser o controle do aparelho produtivo aí localizado por grupos estrangeiros. Consequentemente, a dependência, antes imitação de padrões externos de consumo mediante importação de bens, agora se enraíza no sistema produtivo e assume a programação pelas subsidiárias das grandes empresas dos padrões de consumo a serem adotados (FURTADO, 1974, p. 89). Para o autor, os pontos essenciais do processo são os seguintes:

A matriz institucional pré-existente, orientada para a concentração da riqueza e da renda; as condições históricas ligadas à emergência do sistema de divisão internacional do trabalho, as quais estimulam o comércio em função dos interesses das economias que lideravam a revolução industrial; o aumento da taxa de exploração nos países periféricos e o uso do excedente adicional pelos grupos dirigentes locais, do que resultou a ruptura cultural que se manifesta através do processo de modernização; a orientação do processo de industrialização em função dos interesses da minoria modernizada, que criou condições para que a taxa de salário real permanecesse presa ao nível de subsistência; o custo crescente da tecnologia requerida para acompanhar, mediante produção local os padrões de consumo dos países cêntricos, o que de seu lado facilitou a penetração das grandes empresas de ação internacional; a necessidade de fazer face aos custos crescentes de moeda estrangeira da produção destinada ao mercado interno, abrindo o caminho à exportação de mão de obra barata sob o disfarce de produtos manufaturados (FURTADO, 1974, p.93-94)

Nesse sentido, o que Furtado vem trazer à luz é a relação de imperialismo entre centro e periferia, para ele, a causa do subdesenvolvimento nesta última. Enquanto o dinamismo econômico do centro do sistema decorre do fluxo de produtos e da elevação dos salários reais que permitem a expansão do consumo de massa, na periferia, o mimetismo cultural exige uma concentração de renda cada vez maior para manter os padrões de consumo das classes dirigentes, o que se faz com a

manutenção de baixos salários e exploração intensa de recursos físicos. Em conclusão, como afirma Furtado (1974, p. 94), é possível dizer que o subdesenvolvimento é inerente ao sistema capitalista, não podendo haver capitalismo sem as relações assimétricas entre subsistemas econômicos e as formas de exploração social que estão na base do subdesenvolvimento.

É na observação desse quadro estrutural que nosso autor argumenta que a ideia de desenvolvimento econômico da periferia nos padrões alcançados pelos países cênicos é simplesmente um mito. Isso porque, a crescente hegemonia das grandes empresas na orientação do processo de acumulação, traduz-se no centro, por uma tendência à homogeneização nos padrões de consumo e, nas periferias, por um distanciamento das formas de vida entre uma minoria privilegiada e a massa da população, o que deixa claro a impossibilidade de reprodução dos padrões de consumo por boa parte da população mundial, excluídas das benesses do consumo capitalista. De toda a forma, o autor assinala que essa ideia, esse mito, tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos das periferias a assimilarem a cultura hegemônica e padrões de exploração dos recursos que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo, desviando-os a atenção da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade, para concentrá-los em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 1974, p. 76).

Tais colocações são reforçadas décadas mais tarde com o agravamento da crise social provocada no contexto da globalização neoliberal, que vem se instituir a partir da década de 1980 com o desmonte do Estado de Bem-Estar Social e a ofensiva neoliberal. Com a diferença que, nesse contexto, a tendência à homogeneização do consumo nos países do centro, conforme exposto por Furtado (1974), parece também ser abalada, uma vez que o processo de concentração de renda e exclusão social têm sido observados, embora em menor intensidade, até mesmo nesses países (DOWBOR, 2010).

A OFENSIVA NEOLIBERAL E AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

O fato que se depreende da interpretação de Furtado sobre as relações de imperialismo entre centro e periferia e que consideramos de relevante importância para a nossa análise é que a configuração da matriz estrutural capitalista e as relações de dependência que esta imprime aos países subdesenvolvidos parece ter contribuído para a fuga das grandes organizações do centro capitalista e o conseqüente desmonte do Estado de Bem-Estar Social nesses países a partir dos anos 1970. Da mesma forma, a ofensiva neoliberal que se seguiu repercute em graves conseqüências para os países subdesenvolvidos (CARDOSO, 2008).

Assim, a economia transnacional que começou a surgir na década de 1960, compreendida por Furtado (1974) como de base oligopolista – cujo sistema de atividades econômicas não tem base ou fronteiras determináveis, e para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico – passaram a representar uma nova possibilidade para o sistema de acumulação capitalista. As menores taxas de impostos e a mão de obra mais barata dos países periféricos, tornaram-se formidáveis atrativos à expansão destas empresas e a conseqüente concentração de capital, já que nos países do centro capitalista, a manutenção do Estado de Bem-Estar requeria maiores salários e benefícios sociais e, portanto, menor lucro sobre a produtividade.

Como descreveu Hobsbawm (1995, p.272), o motivo de essas grandes organizações abandonarem os países núcleo da velha industrialização estava claro: “era a incomum combinação keynesiana de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida”. O financiamento dos programas sociais, base da política econômica keynesiana, ao ser ampliado para atender as reivindicações trabalhistas, forçou um aumento no valor das contribuições necessárias para o seu funcionamento, o que reduziu a poupança e logo o investimento. Assim, elevadas cargas tributárias provocaram uma elevação dos custos salariais que, num cenário de mundialização da economia, conduziram a uma perda de competitividade e à fuga de investimentos em busca de mão de obra mais barata.

Daí a contribuição dos países periféricos que, com uma elevada oferta de mão de obra barata e desmobilizada, oferecem elevada redução de custos para as empresas multinacionais. O Estado de Bem-Estar Social começa a ser desconstruído à medida que os desequilíbrios fiscais do Estado se acumulam e, da mesma forma, à medida que os regimes socialistas do leste europeu entram em declínio. Enfraquecem-se as pressões sociais e o capital desregulamentado e sem pátria avança aceleradamente (LUZIO-DOS-SANTOS, 2007). É neste sentido que Pires e Demo (2006) afirmam que o período compreendido entre a década de 1940 e 1970 foi a única fase do capitalismo em que se conseguiu aliar o crescimento com distribuição de renda e bem-estar social, a única fase do capitalismo em que a cidadania predominou sobre o lucro.

A partir daí, assiste-se a batalha entre keynesianos – que argumentavam a favor de uma economia mista com forte intervenção estatal e altos investimentos na esfera pública, a fim de garantir o pleno emprego e a capacidade de demanda – e neoliberais – que afirmavam que a política da Era de Ouro impedia o controle da inflação e o corte dos custos e, portanto, impedia o aumento dos lucros, verdadeiro fator de crescimento numa economia capitalista. A disputa foi finalmente vencida pelos últimos, que passaram a dominar as políticas de governo na década de 1980 (HOBSBAWM, 1995).

As consequências econômicas da desregulamentação irrestrita dos mercados e da queda das fronteiras da economia mundial são, de um lado, um aumento sem precedentes da riqueza total, e de outro, um verdadeiro fosso entre ricos e pobres. As desigualdades econômicas e sociais atingiram patamares ficcionais, aumento marcante da pobreza absoluta e crescimento acelerado do desemprego estrutural. Concomitantemente, a exploração ambiental atinge níveis que ameaçam a própria reprodução da vida no planeta (CHOMSCKY, 2006; DOWBOR, 2010).

A tendência à polarização e à exclusão percebida no contexto da atual globalização revela a dominância do novo padrão de acumulação capitalista, em que a escolha da localização dos investimentos é função dos níveis de rentabilidade do capital e das formas de obtenção de lucro na esfera financeira (CARDOSO, 2008). Reforçando os pressupostos da teoria da dependência de Celso Furtado, Cardoso (2008, p. 109) afirma que os países do Terceiro Mundo, que durante a Guerra Fria tiveram seus projetos de desenvolvimento financiados pelo capital internacional, encontram-se todos devedores e cada vez mais dependentes dos primeiros. Diferenciados entre si, muitos desses países tornaram-se não mais atraentes para o capital em expansão e foram excluídos, o que fragiliza ainda mais a situação daqueles que pretendem integrar-se ao processo de globalização, o que se traduz em facilidade e concessões cada vez maiores ao grande capital mundializado.

Também em sintonia com a ideia de dependência de Furtado, Santos (2010), denuncia que a globalização se apresenta como fábula, constituindo-se em diversos mitos propagados aos países periféricos como forma de perpetuar a exploração. Um deles está na visão equivocada de aldeia global e de espaço-tempo contraídos, que permitiria imaginar a realização do sonho de um mundo só, “já que pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiros, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo de séculos houvessem sido todas esgarçadas” (SANTOS, 2010, p. 41). Da mesma forma, segundo esse contundente crítico do processo de globalização capitalista, o mito leva a crer numa humanidade desterritorializada, quando na verdade, as fronteiras, ditas inexistentes, apenas mudaram de significação, mas nunca estiveram tão vivas, na medida em que o próprio exercício das atividades globalizadas não prescinde de uma ação governamental capaz de torná-las efetivas dentro de um território.

Assim, concomitantemente ao desenvolvimento desigual da economia, da política e da cultura entre países, principalmente entre países centrais e periféricos, se dá a separação do poder em relação à política, ou seja, a ação governamental proveniente dos Estados torna-se cada vez mais diminuta em relação ao poder do capital. “O poder, enquanto incorporado na circulação mundial do capital e da informação, torna-se extraterritorial, enquanto as instituições políticas existentes permanecem como antes, locais” (BAUMAN, 2003, p.89). Isso leva inevitavelmente ao enfraquecimento do Estado-Nação que, incapaz de realizar uma política social independente, acaba por abrir mão do controle dos processos culturais e econômicos, entregando-os às forças extraterritoriais.

Assim, no que se refere especificamente à América Latina, o começo da década de 1980 esteve marcado pela crise da dívida, que ensejou a desarticulação dos mecanismos de intervenção estatal e a aderência à reorientação neoliberal da política e da economia (CARNEIRO, 2006). Os países latinos assimilaram o novo padrão de globalização e o predomínio do projeto de sociedade baseado nos mecanismos de mercado autorregulado e com protagonismo dos agentes privados (CEPAL, 2010). Para Carneiro (2006) a adoção da agenda do Consenso de Washington por parte desses países substituiu elementos históricos de um modelo de crescimento cujas características se apoiavam na orientação para o mercado interno e numa decisiva participação e regulamentação estatal.

Como afirma Carneiro (2006), a experiência latino-americana após 1980, com algumas variações entre países, abarcou três processos distintos e complementares: a abertura comercial, a abertura financeira, e a privatização. A abertura financeira e a redução das dívidas após o plano Brady permitiram que estas economias embarcassem num novo ciclo de endividamento, com financiamentos de curto prazo e de portfólio, acarretando o retorno da vulnerabilidade externa, expressa na deterioração dos indicadores de solvência e liquidez (CARNEIRO, 2006, p.80). A abertura comercial, por sua vez, acarretou, para a maioria das economias do continente, uma especialização regressiva, com o aumento do peso relativo das indústrias e das exportações intensivas em recursos naturais e trabalho. Por fim, o processo de privatização, além de reduzir o peso do setor produtivo estatal na formação da taxa de investimento, eliminando um importante mecanismo de coordenação do modelo anterior, ampliou o peso dos ciclos externos na determinação da taxa doméstica de investimento em virtude da maior desnacionalização das empresas – o que vai de encontro às teses cepalinas da década de 1950, que afirmavam a necessidade de buscar independência do ciclo econômico externo.

De maneira a completar o círculo vicioso do subdesenvolvimento, os países latino-americanos, nesse período, ficaram esvaziados de políticas sociais de desconcentração fundiária e de renda, haja vista uma menor presença do Estado na economia, demonstrando, ao contrário, a permanência e o recrudescimento da diferenciação do consumo. Na mesma direção, as políticas de estabelecimento do piso de remuneração, foram, na maioria dos países, esvaziadas pela deterioração do seu valor real (CARNEIRO, 2006, p. 81). Em síntese, na América Latina, o processo de globalização econômica, a despeito da presença massiva de multinacionais e capital estrangeiro, não contribuiu para modificar as características essenciais do subdesenvolvimento, o que mais uma vez reforça a tese dos autores citados sobre a questão da colonização e dependência as quais sempre estiveram submetidos os países latino-americanos.

No intuito de finalizar a discussão, a análise se volta mais uma vez para Carneiro (2006) que, em acordo com os pressupostos furtadianos e cepalinos sobre o desenvolvimento da América Latina, afirma que a tarefa do desenvolvimento nesses países, requer, antes de tudo, uma modificação nas relações Estado-mercado, com ampliação da ação do Estado para enfrentar as fragilidades genéticas dessas economias, como a inconversibilidade monetária, o atraso tecnológico e a heterogeneidade social. Ademais, o autor sugere reconhecer que os desafios ampliaram as exigências sobre políticas econômicas, sobretudo no que se refere à coerência e articulação para enfrentar de maneira simultânea as várias dimensões do subdesenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de dar encaminhamento às considerações finais deste ensaio teórico, faremos menção a duas frentes de medidas que consideramos relevantes dentro do contexto discutido. A primeira diz respeito ao papel do Estado na sociedade como provedor de políticas públicas que visam a diminuição da desigualdade social e demais fragilidades históricas que contribuem para o círculo vicioso do subdesenvolvimento. Uma segunda frente de medidas trata da busca de formas/modelos de desenvolvimento menos sintonizados com o modelo hegemônico capitalista, que possam conferir maior independência aos países latino-americanos.

No que se refere à discussão sobre a necessidade de maior participação do Estado na economia, essa volta à tona no debate político com maior intensidade dada a crise financeira que se instaurou desde 2008, com graves consequências para a economia mundial, evidenciando que a equação entre mercado, Estado e sociedade, prevalente nas últimas décadas, é incapaz de responder aos desafios globais. O desafio então é colocar o Estado no lugar que lhe cabe frente ao futuro (CEPAL, 2010, p. 6).

Nesse sentido, o documento intitulado “A hora da igualdade: brechas por selar, caminhos por abrir”, elaborado pela Cepal em 2010, com o objetivo de trazer uma agenda para o desenvolvimento da América Latina, coloca como centro do debate político/econômico a igualdade e o fortalecimento das bases democráticas da sociedade, cujo protagonismo estatal é questão indiscutível. No que pese ao fortalecimento democrático, cabe ao Estado procurar melhorar a qualidade política em seus procedimentos, promovendo agendas estratégicas que reflitam a deliberação de um amplo espectro de atores, garantindo a legitimidade popular no planejamento a médio e longo prazo. Em termos de igualdade, o Estado deve se ocupar de

incrementar a participação dos setores excluídos e vulneráveis nos benefícios do crescimento – o que inclui reformas no sentido de garantir o investimento em áreas estratégicas como a redução da pobreza extrema, educação, saúde, habitação, dentre outros fatores que perpetuam o círculo vicioso da pobreza. Em suma, um pacto social no sentido de reduzir a histórica desigualdade social que assola esses países se coloca como elemento fundamental para o dinamismo econômico.

No que se refere à proposta de um outro modelo para o desenvolvimento, e para o qual o papel do Estado também se faz necessário, um caminho bastante promissor parece estar no estímulo ao desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva endógena. Este processo agrega elementos que se coadunam com uma proposta mais sustentável e factível de desenvolvimento, já que leva em conta as particularidades regionais e os fatores internos, seja no âmbito dos recursos naturais, da cultura, dos costumes, saberes e etc., e agrega forte participação da sociedade civil, fortalecendo os laços democráticos e o capital social da comunidade, tão necessários a um projeto de desenvolvimento mais sustentável em termos sociais e ambientais.

Como afirmam Oliveira e Lima (2003, p.31), a perspectiva do desenvolvimento endógeno ou “desde baixo”, faz parte de uma outra proposta paradigmática, a de que o “outro”, no caso, as populações locais, precisa ser ouvido. Isto é, a abertura para o diálogo e para a subjetividade dos moradores locais, para as particularidades locais, passa a ser elemento fundamental no desenvolvimento regional. Parte-se do poder emanado da própria sociedade civil, que, de forma organizada, fortalece suas comunidades e região assegurando o atendimento a suas necessidades básicas, o que lhes garante maior autonomia e independência. Não se trata mais de pensar ou projetar soluções únicas, mas multifacetadas que ajudam a compor um projeto de economia e política mais plural, democrático e igualitário.

Nesse sentido, o local construiria estratégias próprias para promover o seu próprio desenvolvimento, assegurando autonomia, articulando atores e conhecimentos locais por meio de um projeto político coletivo de desenvolvimento. Esse modelo de desenvolvimento é conhecido também por *bottom-up*, ou seja, de baixo para cima, com descentralização do poder e aderência a mecanismos de democracia participativa local, com enfoque na participação efetiva dos cidadãos, que passam a agir como cogestores nas decisões que os afetam.

O conceito de desenvolvimento vem se expandindo e incorporando um paradigma multidimensional, que se estende muito além do economicismo e adentra em questões fundamentais como: liberdade, justiça, segurança, igualdade e direitos sociais. Vale a pena evidenciar o pensamento de Amartya Sen (2000) que imprimiu ao conceito de desenvolvimento um conteúdo ético-moral, segundo o qual, desenvolvimento econômico pressupõe a expansão das liberdades, ou seja, a possibilidade de se fazer escolhas, de ter alternativas, e viabilizar a expressão de todo o potencial humano, algo impensável num mundo que restringe o acesso a bens fundamentais como alimentação, saúde, educação ou quando o faz, faz de forma desigual.

É neste sentido que aqui apontamos para a necessidade de ampliação da pesquisa e do debate acadêmico para iniciativas que contemplem tal lógica, as quais não dispensam a atuação do Estado, ao contrário, dele necessitam para estabelecer-se como possibilidades factíveis de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BANERJEE, S. B. Who sustains those development? Sustainable development and the reinvention of nature. **Organization Studies**. 24(1): 143-180, London, 2003.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CARDOSO, M. L. Ideologia da Globalização e (des) Caminhos da Ciência Social. In: GENTILI, P. (org). **Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 5.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- CÂNDIDO, A. Teorias do desenvolvimento e desenvolvimento no Brasil. **Caderno Leituras de Sociologia 2**, 1999.
- CARNEIRO, R. O desenvolvimento revisitado. **São Paulo em Perspectiva**. V. 20, n.3, p 73-82, jul/set. 2006.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2010). A hora da igualdade: brechas por selar, caminhos por abrir. Santiago, Chile. Publicação das Nações Unidas. Abril, 2010.
- CHOOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**, 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- COUTO, J. M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebich. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.16, n.1 (29), p.45-64, abr. 2007.
- CUNHA FILHO, C. M. Tudo o que Tinhas a Fazer era Mudar a Direção da Rota? A Social-Democracia pós-keynesiana e seus dilemas ideológicos. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringa, v.32, n.2, p.199-206, 2010.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- DOWBOR, L. Democracia Econômica: alternativas de gestão. Versão atualizada em 2010. Disponível em: <http://dowbor.org/2012/06/democracia-economica-alternativas-de-gestao-social-2008>. Acesso em: 10/10/2012.
- DUPAS, G. **Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- DURIGUETTO, M. L. As Lutas Sociais no Contexto da Crise e da Reestruturação do Capital. **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Maranhão: UFMA, 2005.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974
- HOBBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- MARTINES-ALIER, J. **Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MIES, M.; SHIVAS, V. **Ecofeminismo: teoria, crítica y perspectivas**. Barcelona: Icaria editorial, 1997.
- MORAES, R. **Celso Furtado: O subdesenvolvimento e as ideias da Cepal**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **FAE**, Curitiba. v. 5, n.2, p. 37-48, maio/ago. 2002
- OLIVEIRA G.B; LIMA, J.E. DE S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **FAE**, Curitiba, v.6. n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

- PIRES, M. R. G. M; DEMO, P. Políticas de Saúde e Crise do Estado de Bem-Estar Social: repercussões e possibilidades para o Sistema Único de Saúde. **Revista Saúde e Sociedade**. v.15, n.2: p.56-71, 2006.
- SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente, para um novo senso comum**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. RODRÍGUEZ, C. "Introdução". In. SANTOS, B. de S. (Org). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, L.M. **Organizações da Sociedade Civil**: Entre a solidariedade libertária e a liberal. Tese de Doutorado, São Paulo: PUC, 2007.
- SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19a ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SEN, A. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.
- SOUZA, N. DE J. **Desenvolvimento econômico**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- SCHWARTZ, G. **John Maynard Keynes**. São Paulo: Brasiliense, 1984